

Companhia Energética do Jari - CEJA

CNPJ/MF nº 03.581.989/0001-62



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	188.364	77.073
Concessionárias	5	45.868	54.998
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	5.239	11.600
Outros tributos compensáveis	6	22.509	11.195
Prêmio de risco - GSF	10	2.294	2.294
Outros créditos	11	5.066	4.682
Total do Ativo Circulante		269.340	161.842
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados	9	22.815	22.321
Prêmio de risco - GSF	10	14.336	16.630
Outros Créditos	11	2.387	2.180
		39.538	41.131
Imobilizado	12	1.017.376	1.044.407
Intangível	13	476.418	487.910
		1.493.794	1.532.317
Total do Ativo Não circulante		1.533.332	1.573.448
TOTAL DO ATIVO		1.802.672	1.735.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)			
	Nota	2021	2020
Receitas	20	317.843	275.301
Custo da operação e do serviço de energia elétrica			
Custo do serviço de energia elétrica	21	(57.007)	(66.322)
Custo de operação		(44.397)	(43.440)
		(101.404)	(109.762)
Lucro bruto		216.439	165.539
Despesas e Receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	(20.331)	(24.134)
Outras despesas e receitas operacionais		(322)	(259)
		(20.653)	(24.393)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		195.786	141.146
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22	12.405	7.904
Despesas financeiras		(54.255)	(60.441)
		(41.850)	(52.537)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		153.936	88.609
Tributos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(10.126)	(4.476)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(6.599)	6.050
		(16.725)	1.574
Lucro líquido do exercício		137.211	90.183
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico/diluído por ação (Reais/Ações)	24		
ON		5,31949	3,49628

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)			
	2021	2020	
Lucro líquido do exercício	137.211	90.183	
Resultado abrangente do exercício	137.211	90.183	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)			
	2021	2020	
Geração do valor adicionado			
Receita operacional	376.391	326.214	
Receita relativa à construção de ativos próprios	363.574	320.196	
Outras receitas	12.817	5.992	
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(91.425)	(90.010)	
Custos da energia comprada	(46.295)	(48.082)	
Encargos de uso da rede elétrica	(27.532)	(25.538)	
Materiais	(2.428)	(1.724)	
Serviços de terceiros	(12.473)	(11.537)	
Outros custos operacionais	(2.697)	(3.129)	
Valor adicionado bruto	284.966	236.204	
Retenções			
Depreciações e amortizações	(51.340)	(53.032)	
Valor adicionado líquido produzido	233.626	183.172	
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	13.012	8.293	
Valor adicionado total a distribuir	246.638	191.465	
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta	3.654	3.678	
Benefícios	1.593	1.171	
FGTS	238	215	
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	44.016	31.044	
Estaduais	5.604	4.740	
Municipais	66		
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	54.255	60.441	
Aluguéis	1	(7)	
Remuneração de capital próprio			
Juros sobre capital próprio	43.510	37.734	
	152.937	139.016	
Lucros retidos	93.701	52.449	
	246.638	191.465	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1

Contexto operacional

A Companhia Energética do Jari - CEJA (Companhia ou CEJA) é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (CTG Brasil), com sede no município de São Paulo - SP. Possui como objeto social as atividades de geração de energia elétrica de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, estudar, planejar, desenvolver estudos de viabilidade e projetos de geração de energia, promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração de energia e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

1.1 Concessão

A ECE Participações detinha o direito de concessão da UHE Jari por meio do Contrato de Concessão nº 04/02, celebrado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em 19 de novembro de 2019 a ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 8.369, autorizou a transferência da Concessão da ECE Participações para Companhia para explorar a UHE Jari. A presente autorização vigorará pelo prazo remanescente, sub-rogando-se a CEJA em todos os direitos e obrigações que dela decorrem, com as seguintes características:

Empresa	Usina	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWm)	Concessão
					Início	Término	
Companhia Energética do Jari - CEJA	UHE Santo Antônio do Jari	PA/AP	Produtor Independente	Concessão	392,95	222	21/12/1987 31/12/2044

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Jari, entre os municípios de Laranjal do Jari e Almeirim, nos estados do Amapá e Pará, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Em 31 de dezembro de 2021, a energia assegurada de 222,00 MWm; (i) 190,00 MWm foram comercializados em dezembro de 2010 por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo preço estabelecido de R\$104,18 por MWh, atualizado em 31 de dezembro de 2021 de R\$166,08 por MWh, pelo prazo de 30 anos a partir de janeiro de 2015 reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA; e (ii) 20,90 MWm de CCEARs no ACR pelo preço estabelecido de R\$82,00 por MWh, atualizado em 31 de dezembro de 2021 de R\$126,88 por MWh, até o prazo de 2044 também reajustado anualmente pelo IPCA.

O prazo do contrato de concessão inicial previa um período de 30 anos a contar de 21 de dezembro de 1987, data da publicação do Decreto de outorga da concessão. No 4º termo aditivo assinado em 23 de janeiro de 2012, foi prorrogado o prazo de concessão até 31 de dezembro de 2044, com extensão decorrente da Lei nº 14.052/20 e Resolução ANEEL nº 895/20 de mais 3,8 meses, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias.

Não exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

O Projeto de Lei nº 10.985/18, que trata do ressarcimento dos riscos não hidrológicos do General Scaling Factor - GSF, por meio de extensão da concessão condicionada à desistência das liminares, foi aprovado em 2019 na Câmara dos Deputados. Para sua efetivação, o projeto necessitava de aprovação no Senado e a sanção presidencial. No Senado, o Projeto de Lei do Senado nº 3.975/19 obteve o parecer aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, em 13 de agosto de 2020, foi deliberado e aprovado em plenário, e sancionado pela presidência em 08 de setembro de 2020.

Em 09 de setembro de 2020, foi publicado no Diário Oficial a Lei nº 14.052/20, que alterou a Lei nº 13.203/15, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica, a qual criou a base legal para repactuação do GSF no ACL. A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao MRE pelos agentes elegíveis.

Em 23 de setembro de 2020, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 56/20, para obter subsídios para o aprimoramento da proposta da regulamentação da Lei nº 14.052/20, com prazo de 30 dias. A Consulta discutiu junto aos agentes os critérios e dados dos cálculos de ressarcimento, além de aspectos contratuais e jurídicos, como a documentação para extensão de outorga e aditivos dos contratos. No dia 16 de outubro de 2020, a CCEE, por meio da referida Consulta Pública, entregou proposta contendo estimativa de valores do cálculo completo do GSF, a Consulta encerrou-se em 23 de outubro, recebendo 151 contribuições.

Em 1º de dezembro de 2020, como resultado da Consulta Pública, a Diretoria da ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 895/2020, encerrando a etapa de regulamentação. Atendendo às contribuições de diversos agentes, a Agência aperfeiçoou a minuta inicialmente submetida, incluindo mais dois fatores que aumentaram a estimativa inicial: (i) custo de capital incorrido pelos geradores em períodos não protegidos por liminares desde o início do cálculo retroativo de riscos não hidrológicos, em 2012; e (ii) atrasos na implantação de transmissão para escoamento da energia de Belo Monte, notadamente em relação aos atrasos da Abengoa. Dado que as contribuições aceitas demandam aprimoramentos nos motores de cálculo da CCEE, a ANEEL deu prazo de 90 dias - contados a partir da publicação da Resolução - para que a CCEE atualize e apresente os dados de reprodutibilidade e novos montantes financeiros, seguidos posteriormente pelos prazos de publicação do ativo regulatório por agente e pedido de adesão à repactuação.

A CCEE cumpriu a atualização dos cálculos e envio de novos valores à ANEEL em 1º de março de 2021. Durante o mês de março, a Agência avaliou os resultados e programou a homologação para a Reunião de Diretoria em 30 de março de 2021. No entanto, em avaliação de pedidos de reconsideração de alguns agentes no âmbito do processo, houve o entendimento de que o ressarcimento do risco não hidrológico deveria também alcançar usinas que no período prévio à repactuação do ACR da Lei nº 13.203/2015. Dessa forma, para homologar uma única extensão de outorga (uma vez que há usinas que

(Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	14	93.640	81.741
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	6	3.497	1.110
Outros tributos a recolher	6	9.384	7.912
Dividendos	15	36.984	32.074
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	53.755	54.029
Uso do bem público	17	2.773	2.144
Provisões	18	2.326	2.205
Outras contas a pagar	11	2.657	1.978
Total do Passivo Circulante		205.016	183.193
Não circulante			
Tributos diferidos	7	117.898	111.297
Empréstimos e financiamentos	16	440.036	492.270
Uso do bem público	17	31.927	27.758
Provisões	18	6.600	6.699
Outras contas a pagar	11	54	59
Total do Passivo Não circulante		596.515	638.083
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	19.1	850.824	850.824
Reservas de lucros	19.3	150.317	63.190
Total do Patrimônio líquido		1.001.141	914.014
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.802.672	1.735.290

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)				
	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	850.824	73.759	-	924.583
Dividendo adicional aprovado - AGOE de 30/04/2020		(63.018)		(63.018)
Lucro líquido do exercício			90.183	90.183
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		4.509	(4.509)	-
Reserva de incentivo fiscal (ADA)		14.367	(14.367)	-
Dividendos intermediários (JSCFP) - RCA 30/12/2020			(37.734)	(37.734)
Lucro do exercício a deliberar		33.573	(33.573)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	850.824	63.190	-	914.014
Saldos em 31 de dezembro de 2020	850.824	63.190	-	914.014
Distribuição de Dividendos AGOE de 30/04/2021		(6.574)		(6.574)
Lucro líquido do exercício			137.211	137.211
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		6.861	(6.861)	-
Reserva de incentivo fiscal (SUDAM)		18.881	(18.881)	-
Dividendos intermediários (JSCFP) - RCA 23/12/2021			(43.510)	(43.510)
Lucro do exercício a deliberar		67.959	(67.959)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	850.824	150.317	-	1.001.141

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)			
	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		153.936	88.609
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
PIS e COFINS diferidos		2	1
Depreciações e amortizações		51.340	53.032
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados			415
Direito de concessão - GSF		(10.004)	(5.525)
Amortização do prêmio de risco - GSF		2.294	2.293
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		34.066	37.811
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		7.172	7.155
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		823	688
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		979	2.304
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		910	1.083
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(823)	(16)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(3.859)	(28)
Outros		11.404	12.237
		248.240	200.059
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		9.130	16.654
Outros tributos compensáveis		(14.198)	(8.097)
Outros ativos operacionais		(438)	(277)
		(5.506)	8.280
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		494	2.472
Outros tributos a recolher		8.673	7.824
Provisões		(1.780)	(1.629)
Uso do bem público		(2.374)	(2.012)
Outros passivos operacionais		(801)	(1.047)
		4.212	5.608
Caixa proveniente das atividades operacionais		246.946	213.947
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.362)	(14.417)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		238.584	199.530
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado e Intangível		(2.812)	(6.433)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(2.812)	(6.433)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Cauções e depósitos vinculados		741	1.818
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(38.648)	(85.194)
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos		(52.621)	(53.038)
Pagamentos de encargos de dívidas		(33.953)	(38.294)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	26.1	(124.481)	(174.708)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		111.291	18.389
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		188.364	77.073
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		77.073	58.684
		111.291	18.389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

se encaixam nas duas situações de ACR e ACL), o relator decidiu adiar o processo para que a CCEE reprocessasse o cálculo e publicasse novos valores para homologação.

Durante o período de avaliação, ocorreu a tramitação e aprovação da MP nº 1.031/21 (MP da Eletrobras) em 23 de fevereiro de 2021 no Senado, com emenda incorporada ao texto legal para reconhecer o ressarcimento do risco não hidrológico para as usinas no período prévio à repactuação do ACR da Lei nº 13.203/2015.

Conhecidos os valores, o aceite da proposta implicará abrir mão de futuros questionamentos judiciais da matéria pelas usinas e a desistência da participação na ação judicial da Apine, com o respectivo pagamento dos valores hoje protegidos por liminar, o que para Companhia não é aplicável.

Com base nas informações, e considerando a Lei nº 14.052/20, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020, embora não tenha sido alcançado o início de pagamentos ainda em dezembro de 2020, o resultado da regulamentação foi benefício aos agentes hidrelétricos, uma vez que foi reconhecido o direito à indenização por danos adicionais ao MRE que não haviam sido considerados na proposta inicial. Ademais, a CCEE apontou publicamente que possibilitará parcelamento dos débitos, dando celeridade ao desatramento do MCR, que representa R\$8,9 bilhões. Os valores de GSF a serem pagos serão compensados no crédito que já consta na CCEE (posição líquida do agente).

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração da Companhia exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A compensação aos geradores hidroelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, que deve ser homologada pela ANEEL e apropriado como um intangível em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida Lei.

Em Reunião do Conselho de Administração - RCA realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a adesão dos preceitos da Resolução ANEEL nº 895/2020. O Ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia e observando os aspectos e condições previstas no CPC 04 -